

A Seletividade Sócio-econômica do Vestibular e suas Implicações para a Política Universitária Pública*

Jacques Schwartzman**

A literatura que analisa os aspectos macro-sociais dos exames vestibulares para a Universidade⁽¹⁾ destaca algumas conclusões que poderíamos considerar como consensuais.

A primeira diz respeito à relação entre o nível sócio-econômico da família do candidato e a probabilidade de sucesso no Vestibular, que é tanto maior quanto mais elevado é o nível sócio-econômico familiar do vestibulando.

A segunda é relativa a um processo de auto-discriminação dos candidatos em relação às carreiras escolhidas. Existiria uma tendência para que os candidatos de mais baixa renda escolhessem as carreiras que são menos exigentes para seu ingresso. Neste caso, seriam consideradas variáveis tais como relação candidato/vaga e notas mínimas de aprovação. O resultado deste processo é o de provocar uma estratificação interna na Universidade, onde os alunos de maiores rendas concentram-se nas profissões de alto prestígio social e os mais pobres nas de baixo prestígio social.

A terceira conclusão refere-se ao fato de que, apesar do significativo aumento de vagas nas Universidades brasileiras nos últimos vinte anos, não estaria havendo uma democratização na entrada dos alunos. Na realidade, não haveria qualquer indicação de que os estudantes procedentes das famílias de baixa renda estejam aumentando sua participação no ensino superior. Pelo contrário, alguns estudos mostram que a renda média familiar do aluno classificado estaria aumentando, como seria o caso das Universidades Federais do Grande Rio de Janeiro.

* Agradeço os comentários de Antônio Aguirre, Sheila B. Baggio e Simon Schwartzman a uma primeira versão deste artigo.

** Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.

(1) Ver, entre outros, Castro, C.M., "Sua Excelência, o Vestibular"; Ribeiro, Sérgio C. "Mecanismos de Escolha da Carreira e Estrutura Social da Universidade", *Educação e Seleção*, Julho 1981. Damasceno, Maria N., "O Processo de Seletividade Social e o Vestibular", *Educação e Seleção*, jul/dez 1986, p. 55-61; Castro, Cláudio M. e Ribeiro, Sérgio C., "Desigualdade Social e Acesso à Universidade - dilemas e tendências". *Forum*, out/dez 1979, p. 3-23; Ribeiro, Sérgio C. "Vestibular 1988, Seleção ou Exclusão?", LNCC, 1988, 18p.

Um quarto resultado é o de que os cursos da Universidade que formam professores para o ensino de segundo grau são exatamente aqueles que recebem os alunos em piores condições de se aproveitarem dos ensinamentos proporcionados pela Universidade.

Em fevereiro de 1988, a Fundação Mendes Pimentel, com a colaboração técnica do IPEAD/MG, empreendeu uma pesquisa sócio-econômica junto aos alunos classificados para o ingresso na Universidade Federal de Minas Gerais naquele ano. O número de questionários respondidos foi de 2.851, correspondendo a aproximadamente 87% dos possíveis respondentes.

O questionário foi elaborado de tal forma a poder-se comparar as suas respostas com as dos quesitos de um questionário semelhante aplicado aos candidatos ao vestibular de 1980 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), último ano para o qual este tipo de pesquisa foi realizada.

A pesquisa de 1980 incluía os candidatos classificados e os não-classificados, o que permitiu uma série de comparações interessantes entre os dois grupos.⁽²⁾

De uma maneira geral, em 1980, os dados mostraram uma alta correlação entre renda familiar e classificação no vestibular: "De fato, o desempenho do candidato em relação à sua situação sócio-econômica reforça a tese de que as pessoas mais abastadas têm, dado suas condições de vida favoráveis, maior êxito na vida escolar e, portanto, no ingresso à Universidade" (Caixeta, p. 30).

Com efeito, em 1980, o grupo de rendas "superiores" tinha 2.447 candidatos e teve 21,6% de classificação. O de posições "intermediárias" tinha 10.141 inscritos e teve 12,1% de seus membros classificados, enquanto para o grupo "inferior" tivemos 4.559 inscritos e apenas 6,9% de classificação.

O estudo constatava também a existência de uma alta correlação entre o desempenho dos candidatos (notas) em cada curso e a demanda pelos mesmos (relação candidato/vaga). No entanto, algumas situações atípicas surgem, "pois os cursos de mais alta média nem sempre são os de maior demanda, assim como os cursos de baixa média nem sempre são os de menor procura" (Caixeta, p. 33).

O trabalho afirma também que "como apontam os resultados, a maioria da população que ingressou para os cursos da UFMG em 1980, pertence às posições sócio-econômicas intermediárias e não às camadas superiores como se supõe".

Uma outra interessante conclusão daquele estudo é a de que os cursos considerados de maior prestígio social (Arquitetura, Ciências Econômicas, Engenharia e Medicina) receberam um contingente mais do que proporcional de candidatos em posição de renda "superiores", enquanto os cursos de menor prestígio social (Ciências Contábeis, Direito, Estatística e Letras) receberam uma parcela mais do que proporcional de alunos de posições econômicas "inferiores". Além disto, os alunos de rendas mais baixas concentram-se nos cursos ministrados em horários noturnos. "Como se vê, é bastante nítida a existência de uma estratificação interna na Universidade" (Caixeta, p. 32).

Tendo como base as informações sobre os estudantes classificados em 1980 e 1988, pode-se traçar um perfil do estudante da UFMG, já que as suas principais características permaneceram praticamente constantes ao longo de quase uma década.

O estudante da UFMG é solteiro, ingressa na Universidade antes dos vinte anos de idade e na sua maioria são mulheres, embora a diferença seja pequena em relação ao número de homens.

O segundo grau foi concluído em um estabelecimento privado do município de Belo Horizonte, que não tinha características profissionalizantes e o curso foi realizado em turno

(2) Ver Caixeta, F.N. *Características Sócio-Econômicas dos Candidatos do Vestibular da UFMG em 1980*, UFMG, 1980, 101 p. e *Análise Sócio-Econômica do Vestibular da UFMG - 1988*, FUMP, 1988, 44 p.

diurno. Mais da metade dos estudantes frequentou cursinho por pelo menos um semestre e já prestou outro vestibular na própria UFMG ou fora dela, antes de ser classificado.

A grande maioria não trabalha e aqueles que o fazem têm vencimentos na faixa de 1 a 6 salários mínimos mensais, vivem em família de 4 a 5 pessoas em casa própria, que possui automóvel, televisão a cores e telefone.

Tanto o pai quanto a mãe dos alunos têm elevado nível de instrução, com pelo menos o segundo grau completo. O responsável pelo sustento da família é membro da população economicamente ativa e trabalha em profissão de nível social médio e alto, sendo muito pouco os que se ocupam como trabalhadores braçais (serventes, empregadas domésticas, etc.) ou que tenham posições extremamente elevadas (banqueiros, dentistas, grandes proprietários de terra, etc.).

A renda familiar do estudante é elevada relativamente à da população brasileira, concentrando-se mais de 30% na faixa acima de 18 (dezoito) salários mínimos mensais e tendo uma baixa proporção na faixa dos que ganham até 2 salários mínimos.

A UFMG NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O propósito desta seção é o de comparar os resultados encontrados para a UFMG, com as principais conclusões acerca das características macro-sociais dos estudantes universitários brasileiros como são relatadas na literatura sobre o assunto.

A Tabela 1 apresenta a relação candidato/vaga por curso, a nota média obtida na primeira etapa do vestibular^(*) e um indicador da renda familiar dos candidatos aprovados, que é a percentagem das famílias dos candidatos que possuem renda acima de 20 salários-mínimos.

Ao correlacionarmos as três variáveis podemos chegar às seguintes conclusões:

a) existe uma elevada correlação (0,72) entre renda e notas na Etapa 1, *indicando uma alta associação positiva entre a renda familiar do candidato e o seu desempenho no vestibular*. Entretanto, dois cursos parecem não seguir este padrão: o de Ciências Contábeis, com baixos níveis de renda e notas relativamente altas para aquele nível de renda e o de Música com altos níveis de renda e notas relativamente baixas. Ao excluirmos os dois cursos do cálculo, o coeficiente de correlação eleva-se para 0,77;

b) é também elevada a correlação (0,70) entre o número de candidatos por vaga e as notas obtidas na primeira etapa, *indicando que os cursos mais procurados tendem a selecionar os melhores alunos*. Neste caso, algumas exceções são também percebidas, como é a situação, por um lado de Ciências Contábeis (12,85 candidatos por vaga e média 93,5) e por outro, da Física (3,52 candidatos por vaga e média 106,5). Ao retirarmos estes dois cursos do cálculo, o coeficiente de correlação eleva-se para 0,73;

c) a correlação entre Renda Familiar e Candidatos por vaga (0,59) não é tão elevada como nos casos anteriores, *indicando entretanto uma associação positiva entre os cursos mais procurados e, possivelmente, de maior prestígio social e alunos de maior renda*. As exceções, neste caso, ficam mais uma vez para Ciências Contábeis (baixa renda e elevada relação candidato/vaga) e Música e História (elevadas rendas e baixa relação candidato/vaga). Ao excluirmos os três cursos, o coeficiente de correlação eleva-se significativamente para 0,73.

As exceções podem ser facilmente explicadas. O curso de Ciências Contábeis, embora ainda sofrendo do baixo prestígio social do "guarda-livros", proporciona um excelente mercado de trabalho para os seus profissionais e daí sua grande procura. O curso de Música

(*) Por nota média entende-se a média aritmética entre a nota mínima e a nota máxima obtida para cada curso. Utilizou-se as notas da 1ª etapa, ao invés da segunda etapa, por serem comuns a todos os candidatos, ao contrário da segunda etapa onde surgem provas específicas.

TABELA 1

NOTAS MÉDIAS DA 1ª ETAPA DO VESTIBULAR, RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA E RENDA FAMILIAR – UFMG 1988

CURSO	CANDIDATO /VAGA	NOTAS DA 1ª ETAPA	% DAS FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS
Administração	17,77	104,5	42,3
Arquitetura	11,13	115,5	48,5
Belas Artes	6,35	83,5	28,3
Biblioteconomia	3,25	74,0	5,1
Computação	19,07	131,0	54,0
C. Biológicas	5,46	107,5	23,1
C. Contábeis	12,85	93,5	7,6
C. Econômicas	9,61	114,0	62,9
C. Sociais	3,50	92,0	8,6
Com. Social	20,50	116,0	37,0
Direito	12,55	109,0	36,0
Educ. Física	7,31	72,5	19,1
Enfermagem	4,27	86,0	15,0
Engenharias	5,70	102,2	36,8
Estatística	2,46	81,5	13,6
Farmácia	5,92	105,0	12,7
Filosofia	4,95	98,0	13,3
Física	3,52	106,5	20,9
Fisioterapia	12,57	106,5	19,3
Geografia	2,07	66,0	4,2
Geologia	4,06	91,0	12,5
História	4,96	94,5	29,3
Letras	2,40	86,0	10,1
Matemática	3,16	87,5	14,3
Medicina	12,83	135,5	41,2
Med. Veterinária	8,65	115,0	33,7
Música	0,58	86,5	38,9
Odontologia	18,40	127,0	32,1
Pedagogia	4,0	72,0	13,7
Psicologia	10,19	97,0	25,7
Química	2,80	83,0	6,6
Ter. Ocupacional	6,35	91,5	13,3

Fonte: UFMG

tem uma baixíssima relação candidato/vaga e seus candidatos têm a sua verdadeira disputa pela vaga nas provas específicas. O curso de Física parece ter uma atração intelectual para alunos mais bem dotados, além de ser um dos melhores programas da UFMG.

Estes resultados confirmam as proposições gerais contidas na introdução deste artigo.

Em 1980, constatou-se que os candidatos de rendas superiores tinham uma probabilidade de se classificarem (21,6%) bem superior aos de baixas rendas (6,9%). Agora, constatou-se uma alta correlação positiva entre renda familiar e notas no vestibular, evidenciando a mesma tendência observada em 1980.

Se considerarmos a relação candidato/vaga como um indicador do prestígio social do curso, chegaremos também à conclusão de que os candidatos de renda mais elevada procuram (e são classificados) para cursos de mais alto prestígio social; enquanto o candidato de menor renda procura (e é classificado) preponderantemente para cursos de baixo prestígio social.

Neste sentido, podemos agrupar os cursos da UFMG, em 1988, em três grandes categorias, de acordo com algumas variáveis estratégicas.

A primeira delas incluiria os cursos cujas características predominantes são as de ter grandes concentrações de mulheres, baixas rendas familiares, elevada proporção de alunos que trabalham e de alunos em turnos noturnos, número significativo de cursos com impacto sobre o ensino de segundo grau, baixa relação candidato/vaga e desempenho abaixo da média.

No outro extremo, encontramos os cursos onde predominam homens, de famílias com elevada renda e que não trabalham, altas notas na primeira etapa do vestibular, cursos majoritariamente diurnos, nenhuma relação direta com o segundo grau e as mais disputadas vagas do vestibular (ver Tabela 3).

O terceiro grupo está, evidentemente, entre os dois extremos e não se pode encontrar nos cursos a ele pertencentes o mesmo grau de homogeneidade em relação às variáveis aqui analisadas.

É interessante observar-se que, comparando-se com 1980, algumas modificações ocorreram na escala de prestígio. A mais notável é a exclusão das Engenharias dos cursos de alto prestígio e a ascensão verificada para os cursos de Direito e de Estatística. Estas mudanças certamente têm a ver com as condições do mercado de trabalho, como é o caso das Engenharias, mas também com as condições internas da UFMG, como é o caso do maior nível de exigência do atual curso de Estatística, que deixou de pertencer ao grupo de cursos de baixo prestígio.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A análise dos dados de renda familiar dos alunos da UFMG em dois pontos do tempo não nos permite generalizar sobre as tendências da elitização das Universidades. Dado que o número de vagas na UFMG permaneceu constante no período e que esta continua tendo o vestibular com a maior relação candidato/vaga, entre as instituições de Belo Horizonte, não era de se esperar mudanças significativas no perfil do estudante. No entanto, tratando-se de uma Universidade Federal, supostamente de melhor nível do que a média das outras Universidades, pode-se esperar que o estudante da UFMG seja de um nível sócio-econômico mais elevado do que a maioria dos estudantes universitários no Brasil. Em trabalho anterior⁽³⁾ esta comparação foi feita, chegando-se aos resultados da Tabela 4.

Se este for o quadro mais geral, pode-se afirmar que uma primeira elitização refere-se ao fato de que os estudantes de maior renda familiar são justamente aqueles que têm acesso às melhores Universidades. Além disto, sabe-se que as Universidades Públicas são gratuitas, o que reforça o caráter perverso do nosso sistema universitário, onde os mais pobres além de pagarem pelo ensino recebem um produto de pior qualidade.

Uma outra comparação relevante, refere-se à renda familiar da população universitária com a da população brasileira em geral, cujos resultados estão na Tabela 5.

Os resultados indicam uma diminuição dos estratos médios em 1988, aumentando-se o número dos mais ricos e também dos muito pobres. Entretanto, estes dados devem ser

(3) Schwartzman, J. "Ensino Pago: Uma Questão Mal Colocada e Desinformada". *Educar*, Jan/Abr, 1982, p. 4-36.

TABELA 2

CURSOS DE "BAIXO PRESTÍGIO" NA UFMG

CURSO	% DE SEXO FEMININO	RENDA FAMILIAR ATÉ 4 SAL. MÍN. (EM % DOS ALUNOS)	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	MÉDIAS DAS NOTAS 1ª ETAPA	% DOS QUE TRABALHAM	TURNO*	RELAÇÃO COM O 2º GRAU
Biblioteconomia	76,3	33,9	3,25	74,0	71,7	D	Não
C. Contábeis	37,0	28,3	12,85	93,5	70,4	N	Não
Enfermagem	75,8	34,3	4,27	86,0	34,3	D	Não
Geografia	48,0	33,3	2,07	66,0	58,0	D	Sim
Geologia	44,0	33,4	4,06	91,0	28,0	D	Não
Letras	74,4	35,6	2,40	86,0	55,1	D/N	Sim
Matemática	40,0	36,7	3,16	87,5	54,0	D	Sim
Pedagogia	91,4	38,2	4,00	72,0	59,0	D/N	Sim
Química	38,3	26,7	2,80	83,0	46,8	D	Sim
Média UFMG	51,2	17,6	8,13	98,4	32,7	7**	10***

* Turno: D = Diurno e N = Noturno

** São 7 os cursos da UFMG que possuem o turno noturno

*** São 10 os cursos da UFMG que têm impacto mais visível sobre o 2º grau.

TABELA 3

CURSOS DE "ALTO PRESTÍGIO" NA UFMG

CURSO	% DE SEXO FEMININO	RENDA FAMILIAR ATÉ 4 SAL. MÍN. (EM % DOS ALUNOS)	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	MÉDIAS DAS NOTAS 1ª ETAPA	% DOS QUE TRABALHAM	TURNO	RELAÇÃO COM O 2º GRAU
Administração	33,3	7,7	17,77	104,5	40,5	D/N	Não
Arquitetura	71,8	1,5	11,13	115,5	9,9	D	Não
C. Computação	29,9	0,0	19,67	131,0	27,0	D	Não
C. Econômicas	48,2	1,9	9,61	114,0	17,9	D	Não
Comunicação	66,0	2,2	20,50	116,0	21,3	D	Não
Direito	43,2	10,0	12,55	109,0	51,0	D/N	Não
Medicina	33,6	10,1	12,83	135,5	10,0	D	Não
Odontologia	67,9	8,7	18,40	127,0	8,5	D	Não
Média UFMG	51,2	17,6	8,13	98,4	32,7	7	10

OBS.: Ver as notas da tabela anterior.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR DOS UNIVERSITÁRIOS CLASSIFICADOS PARA A UFMG E DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL - 1980-76

GRUPOS DE RENDIMENTOS EM SALÁRIOS-MÍNIMOS	UFMG (1980) % DOS ESTUDANTES	BRASIL (1976) % DOS ESTUDANTES
Até 2	0,90	2,70
De 2 a 5	12,28	14,74
De 5 a 10	27,68	30,22
Mais de 10	59,14	52,37

Fonte: SCHWARTZMAN, J. op. cit. p. 24.

TABELA 5

RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) DAS FAMÍLIAS DOS CLASSIFICADOS NOS VESTIBULARES DE 1980 E 1988 E DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (1985)

RENDA (EM SAL. MÍN.)	ANO	1980*	1988**	1985***
	% DOS ESTUDANTES	% DOS ESTUDANTES	% DOS ESTUDANTES	% DAS FAMÍLIAS
Até 2		0,9	5,8	36,8
De 2 a 10		39,8	39,9	50,2
De 10 a 20		40,2	26,9	8,5
Acima de 20		18,7	27,4	4,5

FONTES: * Caixeta, F.N. op. cit.
 ** Pesquisa FUMP/IPEAD
 *** IBGE, PNAD 1985 (exclui os sem rendimentos e os sem declaração).

vistos com cautela, pois a comparação em salários mínimos depende da variação real ocorrida neste indicador nos últimos oito anos, que foi certamente de queda.⁽⁴⁾

Se a distribuição for corrigida para a queda do salário-mínimo real, teríamos elevado o contingente de alunos pobres (de renda familiar até 2 salários-mínimos) e diminuído o de alunos muito ricos (acima de 20 salários-mínimos).

Este resultado indicaria uma tendência a aumentar o contingente de estudantes com renda familiar muito baixa e é corroborado pelo fato de que entre 1980 e 1988, também eleva-se a proporção de chefes de família de estudantes com profissões manuais de 3,8% para 4,1% do total. Constata-se também que entre aqueles dois anos, os cursos de menor prestígio social receberam um contingente mais do que proporcional de alunos mais pobres, mantendo-se praticamente inalterado o quadro para os cursos de alto prestígio social.

(4) Entre dezembro de 1979 e Janeiro de 1988 (datas da realização das pesquisas) o salário mínimo teve uma perda real de 35,8%, de acordo com deflação efetuada pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Uma possível explicação para este fato estaria na menor procura pela Universidade que vem se constatando nos últimos anos, quando uma disputa menos acirrada pelas vagas daria lugar para estudantes provenientes de classes de renda mais baixa.

É preciso também comparar a renda familiar do estudante universitário com a da população brasileira em geral. A afirmação de que a maioria dos estudantes universitários pertence aos estratos de renda média da população não invalida a proposição de que estes constituem uma camada privilegiada da população brasileira. Consta-se aqui uma enorme discrepância entre as duas distribuições. Enquanto 36,8% das famílias brasileiras ganham até 2 salários-mínimos só encontramos, no máximo, 5,8% de universitários nesta situação. Por outro lado, mais de 20% da população universitária tem renda acima de 20 salários-mínimos, enquanto esta proporção só atinge 4,5% das famílias brasileiras.

IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA UNIVERSITÁRIA PÚBLICA

A caracterização sócio-econômica dos alunos universitários, obtida através das informações dos candidatos ao vestibular, permite-nos conhecer com clareza o perfil do universitário, bem como daqueles que são excluídos pelo processo de seleção para a Universidade. Os dados de várias pesquisas realizadas em diferentes pontos do país revelam, basicamente, os mesmos traços e um padrão que se mantém ao longo dos anos. Desta forma, algumas questões da política universitária já podem ser discutidas, com base em informações coerentes e bem estabelecidas.

VESTIBULAR CLASSIFICATÓRIO OU ELIMINATÓRIO

Iniciou-se recentemente uma tendência para que a Universidade somente receba alunos que tenham demonstrado um mínimo de conhecimento. As justificativas para isto vão desde a pressão sobre o segundo grau até a necessidade da elevação do nível de ensino nas universidades. No entanto, constata-se que um grave efeito colateral desta política é a de não preencher as vagas de cursos universitários que levam ao magistério do 2º grau.⁽⁵⁾ Estes são exatamente os cursos que, por terem pouco prestígio social, recebem os alunos de renda mais baixa e com piores condições de frequentar a universidade. Certamente um maior benefício para o segundo grau se obteria investindo mais na preparação de docentes em Universidades públicas onde a qualidade do ensino é sabidamente superior. A alternativa gerada pelo sistema eliminatório é a de alocar os reprovados nos vestibulares públicos em escolas particulares de nível inferior, que certamente terão uma menor contribuição a oferecer para o ensino de segundo grau.

CURSOS NOTURNOS

Existem várias propostas para o aumento de cursos noturnos em Universidades Federais. As razões para isto são de duas naturezas. A primeira, geralmente oriunda da burocracia do Ministério da Educação, tem como premissa uma certa ociosidade do quadro de professores e funcionários, que permitiria perfeitamente elevar o número de vagas sem aumentar significativamente as despesas. A segunda, justifica a criação de cursos noturnos pela necessidade de não discriminar aqueles estudantes que necessitam trabalhar em horários diurnos, que seriam uma parcela substancial do alunado.

(5) Ver Ribeiro, S.C. (1988), op. cit., para uma análise dos resultados do vestibular 1988 em três Universidades Federais do Rio de Janeiro.

Em relação à primeira proposta, é óbvio que o aumento do número de vagas será bem-vindo, se isto for possível com os recursos existentes. No entanto, é preciso examinar-se caso a caso. A existência de ociosidades localizadas, como de professores, pode esbarrar em outros limites como o de espaço físico e funcionários. Além disto, a ociosidade, quando existe, não é generalizada em cada Departamento e uma elevação de carga didática geral pode prejudicar sensivelmente as atividades de pesquisa.

Quanto ao segundo argumento, o mesmo peca pela falta de informação. Entre os classificados para a UFMG em 1988 somente 6% dos alunos que trabalham são responsáveis pelo sustento da família, 67,8% dos alunos não trabalham e daqueles que o fazem 41,9% trabalham menos de 30 horas semanais. Como se observa, a necessidade de trabalhar estaria circunscrita a um pequeno número de alunos. Para resolver este problema não há motivos para se criar cursos noturnos, que notoriamente são menos produtivos e eficientes que os diurnos. A Universidade Pública deve exigir de seus alunos o maior esforço e dedicação que puder. A sua finalidade é a de formar para a sociedade, que lhe sustenta, os melhores profissionais possíveis e só secundariamente atender os interesses pessoais dos seus alunos. Se os cursos diurnos são mais eficientes, estes devem ser os privilegiados. Isto não significa excluir os alunos carentes da possibilidade de estudar em escolas públicas. Uma política assistencial discriminatória poderia atender as necessidades de sobrevivência dos mais pobres, o que nos leva à questão seguinte.

POLÍTICA ASSISTENCIAL

Historicamente, a pressão de estudantes e um difuso sentimento de culpa da administração universitária têm levado as universidades públicas a praticarem uma política de subsídios inteiramente despropositada na área de assistência social, que inclui principalmente alimentação, moradia e pagamento de taxas por serviços escolares.

Conhecido o perfil sócio-econômico do estudante universitário, é notório que a maioria não precisa de subsídios governamentais e que ao usufruí-los estão corroborando uma política perversa de concentração de renda.

A assistência ao estudante deve estar portanto restrita aos alunos carentes, a serem identificados pelos órgãos competentes da Universidade. Os preços praticados nos bandejões devem corresponder ao custo de oportunidade social dos mesmos (incluindo, portanto, todos os custos mensuráveis e não somente os de gêneros alimentícios). Aos carentes, pode-se fornecer um desconto, de acordo com a sua capacidade de pagamento. Qualquer outro tipo de serviço oferecido pela Universidade deveria seguir o mesmo princípio, inclusive para moradia estudantil e taxas escolares.

Todos os gastos com os estudantes carentes deveriam ser reembolsados pelos mesmos, em termos reais, após uma carência apropriada. A obtenção de um diploma universitário elevará a renda futura do estudante, que poderá, assim, ressarcir a sociedade dos gastos feitos em sua formação. Num país onde ainda persistem elevadas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, o custo de oportunidade deste recurso é certamente significativo.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

Como corolário do exposto acima, verifica-se que o ensino gratuito é um mecanismo acelerador do processo de concentração de renda, por oferecer um serviço público de elevado custo de oportunidade social à uma minoria da população brasileira, já privilegiada por elevadas rendas.

O ensino gratuito não é democrático, pois ele não interfere nos mecanismos de seleção para a Universidade, que são basicamente determinados pela condição econômica dos candi-

datos e de suas famílias. Para a pequena porcentagem de carentes, pode-se instituir bolsas de estudo a serem financiadas com o pagamento de anuidades pelos mais abastados. Questões de natureza prática tais como a de determinar quem são os carentes, a anuidade mais justa ou como utilizar os recursos extras, por mais relevantes que sejam, não podem obliterar o princípio de justiça social inerente ao ensino pago.

Neste aspecto, a atual Constituição brasileira, ao generalizar o ensino público gratuito em todos os níveis, representa um claro retrocesso distributivo em relação à anterior, que limitava o ensino gratuito no nível superior aos carentes que demonstrassem efetivo aproveitamento.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, C.M. (1981). Sua Excelência, o Vestibular. *Educação e Seleção*, nº 3. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- CASTRO, C.M. e RIBEIRO, S.C. (1979). "Desigualdade Social e Acesso à Universidade — dilemas e tendências", *FORUM*, Out./Dez. 1979.
- DAMASCENO, M.N. (1986). "O Processo de Seletividade Social e Vestibular", *Educação e Seleção*, nº 14. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- CAIXETA, F.N. (1980). *Características Sócio-Econômicas dos Candidatos do Vestibular da UFMG em 1980*, UFMG, (Mimeo).
- RIBEIRO, S.C. (1981). "Mecanismos de Escolha de Carreira e Estrutura Social da Universidade", *Educação e Seleção*, nº 3. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- (1988). "Vestibular 1988. Seleção ou Exclusão?", *Educação e Seleção*, nº 18. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- SCHWARTZMAN, J. (1982). "Ensino Pago: Uma questão mal colocada e desinformada", *Educar*, p. 4-36.

